

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE ECONOMIA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

IURI BRUNO SATEL ARAÚJO PIRES

O PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA NOS ESTADOS DE SÃO PAULO
E MARANHÃO EM 2019

Uberlândia

2021

IURI BRUNO SATEL ARAÚJO PIRES

O PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS ESTADOS DE SÃO PAULO E MARANHÃO EM 2019

Trabalho de Conclusão de Curso da
Universidade Federal de Uberlândia
como requisito parcial para obtenção do
título de bacharel, especialista, mestre ou
doutor em

Área de concentração: Bacharel em
Economia

Orientador: Sabrina Faria de Queiroz

Uberlândia

2021

IURI BRUNO SATEL ARAÚJO PIRES

O PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS ESTADOS DE SÃO PAULO E MARANHÃO EM 2019

Trabalho de Conclusão de Curso da
Universidade Federal de Uberlândia
como requisito parcial para obtenção do
título de bacharel, especialista, mestre ou
doutor em

Área de concentração: Bacharel em
Economia

Uberlândia, 01 de Junho de 2021

Banca Examinadora:

Alanna Santos de Oliveira – Assistente em Administração – Doutorado

Marcelo Sartorio Loural – Professor do Magistério Superior - Doutorado

Sabrina Faria de Queiroz – Professora do Magistério Superior - Doutorado

Dedico este trabalho aos meus pais, pelos longos anos de dedicação, estímulo, carinho e compreensão. A minha grande e leal companheira Lara Evaristo, por todo apoio, incentivo e conhecimento que me concedeu nesses anos de convivência. A minha orientadora Sabrina Queiroz por toda ajuda compreensão, e ensinamentos e por fim, meus amigos que apoiaram durante minha trajetória acadêmica.

Resumo: O Programa Bolsa Família (PBF) é principal política de transferência de renda direta dentro do estado de bem-estar social brasileiro. Por isso, se transformou em um relevante objeto de estudo na área econômica, principalmente devido os efeitos sobre a população beneficiária. Neste sentido, o estudo comparativo entre beneficiários de Estados Federativos extremamente diferentes como São Paulo e Maranhão, se faz pertinente pelo motivo de haver uma grande desigualdade social entre as regiões. Dessa Forma, este artigo irá caracterizar o perfil dos beneficiários do PBF nos estados de São Paulo e Maranhão e traçar uma comparação com o objetivo de compreender quais são as necessidades mais urgentes em cada região. Primeiramente será realizada uma análise sob a conceituação de pobreza. Posteriormente uma análise do próprio PBF e caracterizando as características do programa nos estados observados, caracterizando os beneficiários a partir dos dados obtidos do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social. Por fim, as conclusões obtidas evidenciam que existe certa semelhança entre os beneficiários no que diz respeito as variáveis pessoais resultado este esperado, pois no geral os beneficiários do programa são pessoas de baixa renda. Porem foi observado uma considerável diferença nos resultados obtidos das variáveis domicílios, demonstrando uma desigualdade no que tange a infraestrutura dos estados e das moradias dos beneficiários.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Pobreza. São Paulo, Maranhão.

Abstract: The Bolsa Família Program (PBF) is the main policy of direct income transfer within the Brazilian social welfare state. For this reason, it becomes a relevant object of study in the economic area, mainly due to the effects on the beneficiary population. In this sense, the comparative study between beneficiaries from extremely different Federative States such as São Paulo and Maranhão, is relevant for the reason of there being a great social inequality between the regions. Thus, this article will characterize the profile of PBF beneficiaries in the states of São Paulo and Maranhão and draw a comparison with the objective of understanding what are the most urgent needs in each region. First, an analysis will be carried out under the concept of poverty. Subsequently, an analysis of the PBF itself and characterizing the characteristics of the program in the observed states, characterizing the beneficiaries from the data obtained from the Single Registry of the Ministry of Social Development. Finally, the basic characteristics show that there is a certain similarity between the beneficiaries with regard to the expected personal result variables, since the program beneficiaries are not,

in general, low-income people. However, a difference was observed in the results obtained from the household variables, demonstrating an inequality regarding the infrastructure of the states and the beneficiaries' homes.

Keywords: Bolsa Família Program. Poverty. São Paulo, Maranhão.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. DEFINIÇÃO DE POBREZA.....	9
3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: DEFINIÇÕES E ANÁLISE DESCRITIVA	12
3.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS ESTADOS DE SÃO PAULO E MARANHÃO	16
4. O PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS ESTADOS DE SÃO PAULO E MARANHÃO.....	19
5. CONCLUSÃO	29
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1. INTRODUÇÃO

Questões como pobreza e má distribuição de renda no Brasil são um dos principais alvos de debate científico no campo da ciência econômica e um dos problemas aos quais os economistas se debruçam intensamente em busca de soluções.

O Programa Bolsa Família (PBF) é o principal programa de transferência de renda, foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso, mas somente se consolidou no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva quando foi ampliado. O benefício se estende a mais de 13 milhões de famílias em situação de pobreza e ou extrema pobreza no Brasil, dessa forma, o auxílio permite que essa população carente tenha condições mínimas de acesso aos bens de primeira necessidade e, em alguma medida, aos direitos básicos de todos os cidadãos, tais como: saúde, educação, moradia.

Para se cadastrar ao programa, as famílias devem possuir uma renda mensal inferior a R\$178,00 por pessoa (incluindo crianças) realizar a matrícula no Cadastro Único no departamento de assistência social da prefeitura da cidade, levando os documentos pessoais dos integrantes da família. No entanto, há alguns requisitos para a família se manter no programa, como frequência escolar dos filhos, atualização da carteira de vacinação das crianças, as gestantes devem realizar consultas do pré-natal.

Segundo o Governo Federal, em 2019 houve um reajuste no benefício concedido através do programa, concedendo R\$89,00 por família. Essa quantia é de suma importância na tentativa de solucionar um dos principais problemas existentes em países emergentes assim como o Brasil, a pobreza. O governo vê a miséria com uma das barreiras ao desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas, por isso vale o esforço máximo para reduzir a desigualdade de renda, que ainda é extremamente elevada no país.

O índice de Gini é o indicador que determina o nível de concentração de renda em uma determinada região, este é determinado de 0 a 1 quanto mais próximo do zero maior é a igualdade social do país analisado, conseqüentemente a medida que aproxima de um maior é a desigualdade social. Segundo o IBGE, o índice de brasileiro em 2010 estava em 0,6086 portanto um valor consideravelmente elevado, o que sinaliza um dos grandes problemas sociais brasileiros. Observando os Estados abordados neste trabalho, percebe-se uma grande diferença entre si. São Paulo apresentou neste último censo, um

índice menor do que a média nacional de apenas 0,5768 e Maranhão um índice acima da média de 0,6291.

Partindo do pressuposto de que o Brasil é um país com grandes desigualdades, tanto em termos de gênero, raça quanto à nível mais agregado, o presente trabalho pretende investigar e traçar o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família dos estados de São Paulo e Maranhão no ano de 2019 na tentativa de evidenciar que, mesmo nos menores extratos de renda, ainda é possível verificar diferenças em termos de qualidade de vida quando se considera os estados das diferentes regiões geográficas brasileiras. Além disso, também se busca entender como os recursos provenientes do programa Bolsa Família refletem nos indicadores de qualidade de vida da população em análise. O objetivo, portanto, se dará em analisar a desigualdade de renda no país, partindo do pressuposto que São Paulo representa o estado mais desenvolvido e Maranhão o mais pobre do país.

Para realizar de fato este projeto será utilizada base de dados secundária, disponibilizada pelo Cadastro Único, este que é o instrumento de identificação de famílias de baixa renda para participar de programas sociais do Governo Federal. São registradas informações tais como: características das residências, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outros, para que o governo possua uma realidade socioeconômica da população (BRASIL 2015).

Assim, a estrutura deste trabalho será dividida em três capítulos de argumentação, além desta introdução, o primeiro capítulo tratará o conceito de pobreza além de abordar o Sistema de Seguridade Social no Brasil, assim a segunda seção abrangerá o Programa Bolsa Família e sua evolução no período recente. Para finalizar, o último capítulo de argumentativo, apresentará a análise das condições dos beneficiários e dos domicílios de ambos os estados, além de uma comparação entre eles.

Com isso, a importância de se realizar um trabalho com esta temática se justifica pelo fato de ser uma área de pesquisa ainda em desenvolvimento e que carece de estudos regionalizados mais aprofundados. O estudo de perfil dos beneficiários em regiões tão antagônicas pode auxiliar a tomada de decisão, por parte dos setores responsáveis por promover políticas públicas de desenvolvimento, ao elucidar o quanto efetiva ou não tem sido a política de transferência de renda naquelas regiões.

2. DEFINIÇÃO DE POBREZA.

Neste trabalho abordaremos algumas definições de pobreza absoluta, pobreza relativa e da privação das capacidades. Estes conceitos estão cada vez mais presentes nos debates entre cientistas sociais, universo acadêmico e até mesmo nos órgãos públicos, visto a importância do assunto e a necessidade de resolução. O estudo a respeito da pobreza abrange diferentes abordagens, seja monetária, não monetária, social, representatividade, liberdade e direitos civis. (MENEZES 2019)

Para Rocha (2006) a pobreza é um fenômeno complexo de mensurar uma vez que não há uma definição específica para tal assunto, mas estabelece o conceito de pobreza como o instante na qual os indivíduos não conseguem saciar suas necessidades de maneira adequada. Portanto, nessa abordagem percebe-se que há um paralelo entre pobreza e padrão de vida, sendo assim, o pobre seria aquele que demanda, mas não consegue realizar o consumo de suas necessidades.

Esta abordagem a respeito da pobreza absoluta correlaciona diretamente com o conceito de Linha de Pobreza definido por Tronco (2016) como uma medição da pobreza por meio da somatória da linha de indigência (o valor mínimo monetário necessário para suprir a necessidade individual alimentícia por um período mensal) com os demais outros custos básicos para um indivíduo sobreviver em sociedade. Visto que ambas abordagens presumem que a pobreza esta relacionada com a variável renda e o poder de compra.

Houve o desenvolvimento do conceito de pobreza relativa, este termo diz respeito ao acesso desigual dos indivíduos a recursos materiais, serviços, e renda. Dessa forma, os pobres são aqueles desprovidos dos recursos sociais e devido a isto não possuem condições de vida adequadas para sobreviver em sociedade. Esta abordagem inclui analisar as condições necessárias do convívio individual perante a sociedade. (TOWNSEND 2006)

A pobreza destrói a convivência na sociedade, o pobre é visto como aquele totalmente destituído de poder. Neste sentido poder pode estabelecer diversas facetas, como poder econômico, político, cultural, social, dentre outros. Para Costa (1998) o combate a pobreza significa devolver o poder aos pobres, ou seja, é muito mais do que uma simples questão econômica, é necessário que os pobres obtenham representatividade.

A abordagem do economista Amartya Sen (1999) sobre pobreza estabelece o conceito de privação das capacidades. Essa visão ampliou o debate sobre o conceito de pobreza, uma vez que trouxe a noção que a pobreza não pode ser traçada com uma linha

de nível social, ou seja, refutando a visão da pobreza absoluta. A definição de pobreza é muito mais ampla do que o mero cálculo de riqueza monetária de uma determinada população. Segundo o autor, devem ser considerados as características e o ambiente pessoal de cada indivíduo. Assim, Sen afirma que condições biológicas, geográficas e até mesmo sociais podem afetar diretamente o nível de riqueza das pessoas. Geralmente quando se trata dos pobres faltam acessos a estruturas básicas de qualidade de vida, como por exemplo: saúde, terra, escolaridade. Essas carências resultam em faltas de oportunidades que por consequência os tornam miseráveis (SEN 1999).

Ser desfavorecido é ter um nível de renda incapaz de apresentar determinadas atividades básicas, tomando em conta as condições e exigências sociais. Assim o cálculo da pobreza, segundo a abordagem do economista Sen, não basearia no nível de renda, mas sim as realizações individuais que esta renda pode oferecer para o desenvolvimento pessoal, levando em consideração que essas realizações podem e devem variar de indivíduo para outro, visto os fatores condicionais pessoais (SEN 1999).

No Brasil, alguns fatores delimitam a mensuração com exatidão da pobreza no país, a expansão continental é um influenciador neste sentido, visto a dificuldade que as entidades governamentais enfrentam para realizar tal censo. Regiões com acesso restrito, comunidades ribeirinhas, aldeias indígenas dentre outros, por serem isolados, dificultam a mensuração da pobreza no país. Outro delimitador que está diretamente correlacionado com o anterior é o volume populacional do Brasil, um Estado Federativo que possui aproximadamente 210 milhões de habitantes, a mensuração total desta população é amplamente dificultada.

Segundo o IBGE o Brasil possui 13 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza que de acordo com o Banco Mundial, são aqueles indivíduos que sobrevivem com apenas R\$ 151 mensais. Já os pobres, são aqueles que sobrevivem com R\$436 mensais e aproximadamente 52 milhões de brasileiros encontra-se nesta situação, ou seja, 25% da população brasileira encontram-se na pobreza. A situação é ainda mais delicada no estado do Maranhão que a cada cinco moradores um é considerado indigente.

Dessa forma, percebe-se que pobreza no país é verificada em todos os conceitos, seja pela privação do consumo de um determinado bem, seja pela desigualdade, ou até mesmo pela privação das capacidades. Por isso, houve a necessidade do governo federal de criar mecanismos para garantir os direitos básicos da população (saúde, previdência e

assistência social), assim a Constituição Federal de 1988, definida no artigo 194, desenvolveu o Sistema de Seguridade Social.

O objetivo daquele sistema é interpretado a partir dos três pilares, dessa forma, na saúde, entende-se que o estado é provedor e deve garantir a todo cidadão brasileiro acesso à saúde, do atendimento a hospitais e postos de saúde e também campanhas de prevenção de doenças. No que tange a previdência social, o objetivo da seguridade é promover a garantia da renda ao contribuinte, quando este perde a capacidade de trabalho via invalidez, doença, morte. Além disso, o trabalhador pode conseguir a sua previdência por meio do tempo de trabalho contribuído. E por fim, o ultimo objetivo do sistema é da assistência social, esta é disciplinada pela Lei nº 8.742/93 esta garante ser direito de todos os cidadãos e o dever do estado à promoção dos mínimos sociais, no que incide a educação, infra-estrutura, saúde.

Após traçar uma breve análise sobre a definição da pobreza, o presente artigo abordará mais profundamente sobre o Programa Bolsa Família. O programa é o principal instrumento utilizado pelo governo brasileiro na tentativa de reduzir a pobreza e a desigualdade econômica e social existente no país e se insere no âmbito do Sistema de Seguridade Social, em específico no pilar que trata da Assistência Social. Na próxima seção será apresentado a criação do programa, seus objetivos, público alvo e resultados.

3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: DEFINIÇÕES E ANÁLISE DESCRITIVA

O Programa Bolsa Família (PBF), conforme se conhece hoje, foi definido durante o governo Lula e representa a ampliação e unificação dos programas sociais criados pelo governo Fernando Henrique Cardoso (Bolsa escola, Bolsa Alimentação, Programa Auxílio Gás). O programa consiste na classe dos Programas de Transferência Condicionada (PTC) e está vigente no Brasil desde 2003 com o objetivo de erradicar a fome, a desigualdade social, pobreza e promover aos beneficiários acesso a serviços públicos tais como saúde, moradia, segurança e educação. Esse acesso é fundamental para o seu êxito, pois no curto prazo, o recurso financeiro auxilia as famílias com a compra de um determinado produto ou até mesmo no pagamento de dívidas e no longo prazo, a missão do benefício é romper com o círculo da pobreza (RIBERIO, 2017).

O programa atende aproximadamente 14 milhões de famílias no Brasil, das quais recebem um valor médio mensal de R\$149,71 de auxílio, a seleção dos beneficiários

aptos para participarem do benefício é realizada através de uma ferramenta governamental CadÚnico. Esse instrumento que o governo utiliza, serve de registro para facilitar a identificação e caracterização das famílias de baixa renda, podendo assim traçar o perfil socioeconômico das mesmas auxiliando nas tomadas de decisões para as políticas públicas voltadas a este público alvo específico. A base de dados registra diversas informações pessoais, de renda, de domicílio, escolaridade, dos indivíduos e buscam classificá-los conforme o nível de pobreza

De acordo com os critérios estabelecidos, as famílias classificadas em situação de extrema pobreza são aquelas que possuem uma renda per capita mensal de até R\$ 89,00, já as pobres possuem a renda per capita mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 sendo essas o público alvo do PBF. Percebe-se com essa divisão que o Governo Federal define os beneficiários através da definição de pobreza absoluta. Segundo PENA (2015), a família ou a pessoa com um rendimento inferior ao limite mínimo de sobrevivência é classificada como pobre, sendo traçado um parâmetro, definido como linha da pobreza e aqueles que estiverem abaixo dessa média enquadram-se na definição de pobreza absoluta.

Ao longo dos 17 anos de programa foi detectada a importância dos repasses financeiros para o processo de redução da pobreza no país, visto a elevação da renda per capita e a inserção cada vez maior por parte da população à classe, comprovando a eficiência do PBF (CAMARGO, 2013).

O gráfico apresentado na sequência traz a evolução do percentual de pobres no Brasil no período de 1993 a 2016, os dados foram retirados a partir de uma pesquisa feita pelo IBGE, com o objetivo de mensurar a pobreza no país.

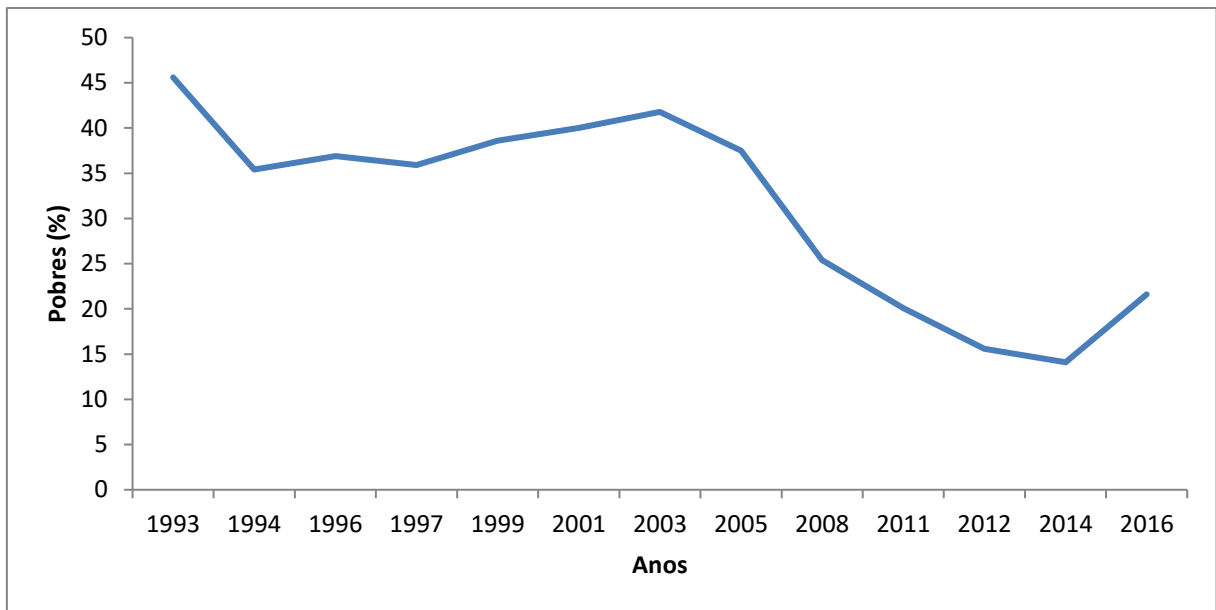


Gráfico 1 - Evolução da pobreza no Brasil

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração Própria

Pelo gráfico 1 é possível perceber uma redução da proporção de pobres a partir de 2003, tal fator pode ter sido impulsionado pelos repasses do PBF. Em 1993, início da linha temporal, a maior porcentagem, aproximadamente metade da população estava na situação de pobreza, em 2003 o ano da criação do programa, houve uma pequena redução sendo que aquele valor se situava ao redor dos 40%. Já em cinco anos de PBF a porcentagem de pobres reduziu para 25,4%, uma queda representativa determinada por um conjunto de fatores incluindo o programa. Em 2014 temos a menor porcentagem histórica de 14,1% de pobres.

Para o funcionamento e manutenção do programa, são exigidas algumas contrapartidas das famílias beneficiárias, entre as quais, a obrigatoriedade de frequência escolar para crianças, comprovação das consultas de pré-natal para o caso de existência de gestantes na família, manutenção do cartão de vacina atualizado das crianças, entre outros. A evolução no número e beneficiários é nitidamente comprovada pelo gráfico seguinte:

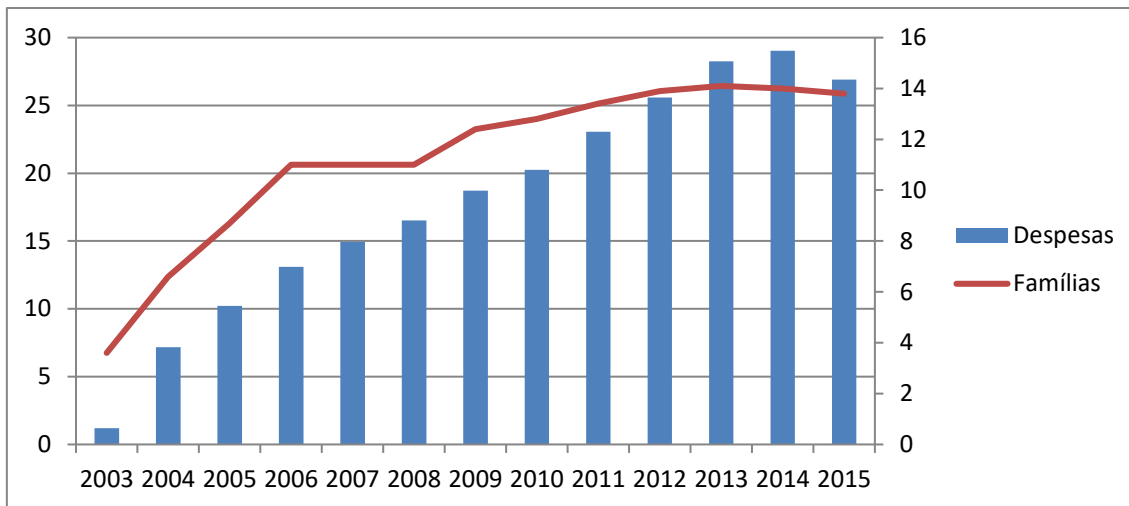


Gráfico 2 Evolução das despesas e famílias beneficiárias.

FONTE: MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Elaboração Própria

No começo do programa em 2003, havia apenas 3,6 milhões de famílias beneficiárias pelos recursos do programa, após o segundo governo Lula em 2010 este número já era mais que o triplo em relação ao início do primeiro mandato, aproximadamente 12,8 milhões. O gráfico não apresenta dados após 2015, mas é possível detectar um processo contrário à década passada, visto que, ocorre uma tendência de redução do número de beneficiários após meados da década de 2010. Atualmente o programa abrange 13,8 milhões de famílias, observa-se uma tendência de queda a partir de 2013, principalmente decorrente da instabilidade política do período e coma saída do governo petista do poder. (RIBEIRO 2017)

Ainda analisando o gráfico 2, é possível perceber a evolução das despesas do Governo Federal em dados reais deflacionados a partir do índice INPC, com os repasses do programa, ou seja, há um acompanhamento proporcional de recursos e pessoas beneficiadas. Em 2003 no começo do programa, o custo era de aproximadamente 1,1 bilhões de reais, com o desenvolvimento e ampliação do programa, em 2010 as transferências eram responsáveis por praticamente 20 bilhões de reais dos cofres públicos. Observa-se que no quesito de despesas, não há o mesmo efeito observado em 2013 em relação a população beneficiada, ou seja, não é observado uma tendência de redução de custos do programa. O custo do projeto reduziu para aproximadamente 30 bilhões de reais, demonstrando os efeitos da redução da população beneficiária.

Ademais, esses dados são mais preocupantes quando se analisa toda a população cadastrada no Cadastro Único, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (2019), em julho de 2019, existiam 28.523.266 famílias inscritas para Programas Sociais,

correspondendo a 76.721.502 pessoas totais cadastradas. Dessa forma, 48% dos cadastrados na plataforma do governo são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Dessa forma, mais da metade dos cadastrados não possuem o direito de receber o benefício visto uma renda per capita pouco acima de meio salário mínimo, demonstrando a fragilidade da seleção dos beneficiários, pois ao considerar no programa a pobreza absoluta e traçar uma linha que define quem recebe o auxílio exclui diversas famílias que necessitam e muito de amparos financeiros.

Apresentados os dados a respeito do PBF se torna cada vez mais evidente a sua importância no cenário nacional, tanto pela quantidade de famílias que tal política abrange e beneficia quanto pela sua eficiência como programa social. Até o presente momento, foram demonstrados apenas dados nacionais, nas próximas seções dará o início do estudo individual dos estados escolhidos Maranhão e São Paulo.

3.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS ESTADOS DE SÃO PAULO E MARANHÃO

Conforme dito anteriormente, a justificativa sobre a escolha dos estados deste artigo ocorre pela ótica econômica, Maranhão é o estado mais pobre enquanto São Paulo o mais rico do Brasil. Dessa forma, o objetivo principal deste artigo será de desenvolver um paralelo comparativo entre os beneficiários de ambos estados e analisar dados de qualidade vida, social, e econômicos.

No último censo realizado pelo IBGE em 2010, o Maranhão possuía uma população de 6.574.789 habitantes com uma população estimada de 7.114.598 para o próximo censo (2021) sendo apenas o décimo no ranking dos estados mais populosos do país, com uma extensão territorial de aproximadamente 330 milhões de km² e densidade demográfica de 19,81 habitantes por quilômetros quadrados. O Índice de Desenvolvimento Humano é o penúltimo no ranking nacional, apenas 0,639 o que demonstra o alto índice de pobreza e desigualdade social no estado.

Historicamente o estado apresenta alta concentração de riqueza e elevada desigualdade social, como também a presença de grandes latifúndios na estrutura territorial. Ainda segundo os dados do censo do IBGE, os imóveis com mais de 1000 hectares ocupam 36,12% da área total do Maranhão, uma fatia considerável, visto que essa área total considera tanto a região urbana quanto a rural. Isto explica o motivo da

extrema pobreza no campo e dos conflitos por distribuição de terra no Maranhão. (ARAUJO 2018)

O gráfico 3 apresenta dados das famílias beneficiadas pelo programa no Maranhão, referente ao último mês de cada ano, com ressalva ao ano de 2019 no qual o dado representa o mês de Setembro. Verifica uma oscilação, mas com tendência de crescimento ao longo dos anos. Dentre as mais de 1,5 milhões de famílias cadastradas no Cadastro Único, aproximadamente 62% receberam o benefício em 2019. No estado nordestino, há um movimento de oscilação do numero de beneficiária ao longo da década. Isto é explícito no Gráfico 4 no qual há picos em 2014, 2017 e 2018 de mais famílias beneficiadas pelo PBF.

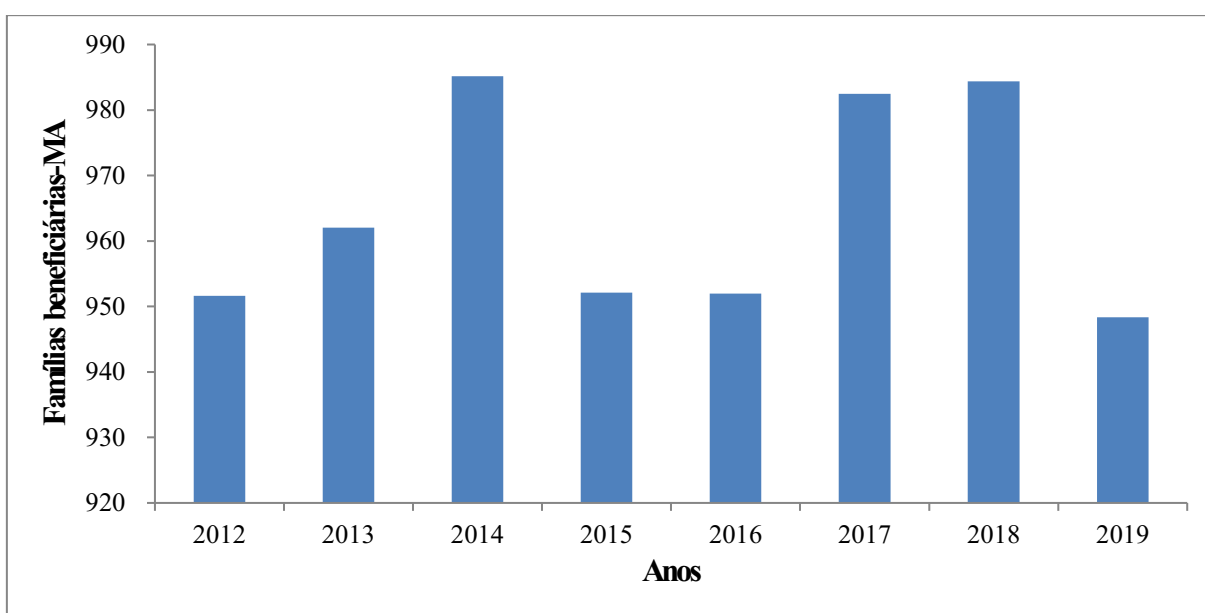


Gráfico 3. Famílias Beneficiárias do Maranhão (em milhar)

FONTE: MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Elaboração própria

Por outro lado, a análise de São Paulo é totalmente distinta de Maranhão, os paulistas possuem a maior população nacional, com 41.262.199 habitantes pelo último censo, uma área territorial de 248 milhões de km² representando uma densidade demográfica muito superior de 166,23 habitantes por quilometro quadrado. Além disso, São Paulo possui o maior IDH do país, 0,783 e também o maior rendimento nominal mensal domiciliar per capita no valor de R\$1814, enquanto Maranhão possui o pior rendimento nacional de R\$676.

Como se sabe, São Paulo representa grande parte do PIB nacional, e principalmente das atividades industriais do Brasil, e esta produção era extremamente concentrada na região metropolitana da capital ate a década de 70, quando iniciou o

processo de interiorização das indústrias, assim essas começaram a migrar para cidades do interior do estado, por diversos motivos, tais como o custo de produção elevado na capital, a falta de espaço, concorrência dentre outros. Esse processo foi fundamental para reduzir a desigualdade social que aumentava cada vez mais dentro do próprio estado. No entanto, há ainda regiões menos favorecidas, há inúmeras famílias com baixa condição salarial, apesar de bons indicadores sociais a pobreza persiste na região.

Todos estes fatos apresentados exemplificam a teoria da desigualdade regional brasileira, no qual se determinou o surgimento de uma região central e outra periférica. No Brasil, após a década de 1950 houve uma inversão na dinâmica econômica e São Paulo se estabeleceu com o principal estado brasileiro, visto o processo de industrialização e com isso a participação paulista no PIB nacional aumentou consideravelmente, em contrapartida, a região Nordeste que representava uma grande parcela do PIB nacional começou a reduzir sua importância e se tornou gradativamente em uma região periférica, enquanto São Paulo se tornou a região central. (NETO 2011)

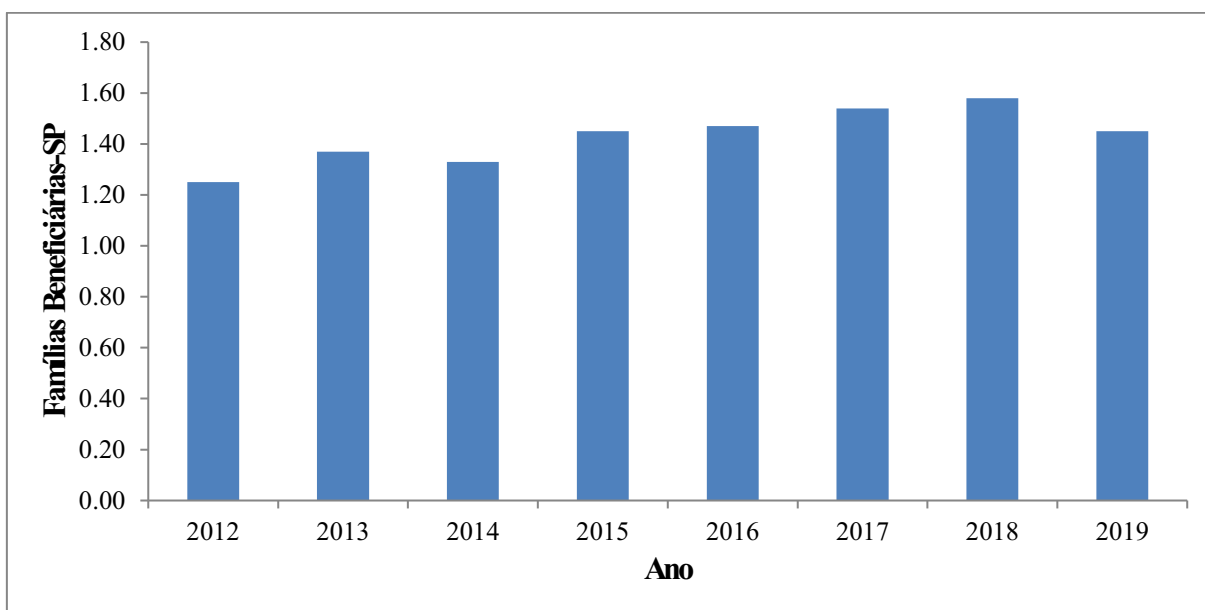


Gráfico 4. Famílias Beneficiárias de São Paulo (em milhões)

FONTE: MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Elaboração própria

A análise do gráfico 4 indica com mais clareza a pobreza no estado de São Paulo, pois representa os beneficiários do estado. A população beneficiária paulista se manteve bem mais constante na última década, sem grandes alterações, com destaque para o ano de 2018 que obteve o recorde desta sequência histórica analisada. Mas observa-se que o número de famílias beneficiadas é mais alta em relação ao Maranhão, no estado paulista em 2019 aproximadamente 1,4 milhões de famílias recebiam o auxílio, enquanto no

estado nordestino 950 mil famílias recebiam. No entanto, é possível detectar e esperar uma tendência de crescimento dos beneficiários do PBF na região.

4. O PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS ESTADOS DE SÃO PAULO E MARANHÃO

Como já citado, o objetivo central desse artigo é apresentar e comparar o nível de pobreza entre os dois estados com condições econômicas aparentemente mais extremas do país, de um lado São Paulo o mais rico e desenvolvido e do outro Maranhão o menos desenvolvido e conseqüentemente o mais pobre. Assim, ao analisarmos o perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, buscamos encontrar certas desigualdades sociais nos locais de destaque. Acredita-se que há diferença entre os beneficiários paulistas e os maranhenses no quesito de renda, qualidade de vida, cor, raça, escolaridade, dentre outras variáveis.

A análise foi dividida em dois grandes grupos, a primeira parte se refere aos fatores relacionados às características das Pessoas tal como cor, educação, emprego e por outro lado, temos as Variáveis relacionadas às Famílias, esta representa as características gerais dos domicílios, renda familiar, entre outros aspectos. Assim, a análise inicia-se pelo primeiro grupo de variáveis.

O Gráfico 5 faz uma comparação de cor e raça entre os Estados analisados, conforme o previsto, percebe-se que há uma maior participação de beneficiários brancos em São Paulo devido uma questão particular no Brasil de Racismo Estrutural no qual marginalizou e afastou a população pobre e negra da região Sudeste e Sul (regiões centrais e desenvolvidas) e alocou estes nas localidades periféricas do país, como o Nordeste e Norte. Isto justifica o porquê no Maranhão, os pardos e pretos representarem praticamente a totalidade dos beneficiários em contrapartida, em São Paulo há uma forte representatividade de beneficiários da cor branca.

Estes dados de cor são extremamente importantes para justificar a hipótese de, mesmo em situação de extrema pobreza, há desigualdades regionais no país. Uma vez que o conceito de Racismo Estrutural no país é extremamente válido e justificável. No entanto, somente essa variável não sustenta a hipótese deste artigo, portanto serão analisados outros indicadores.

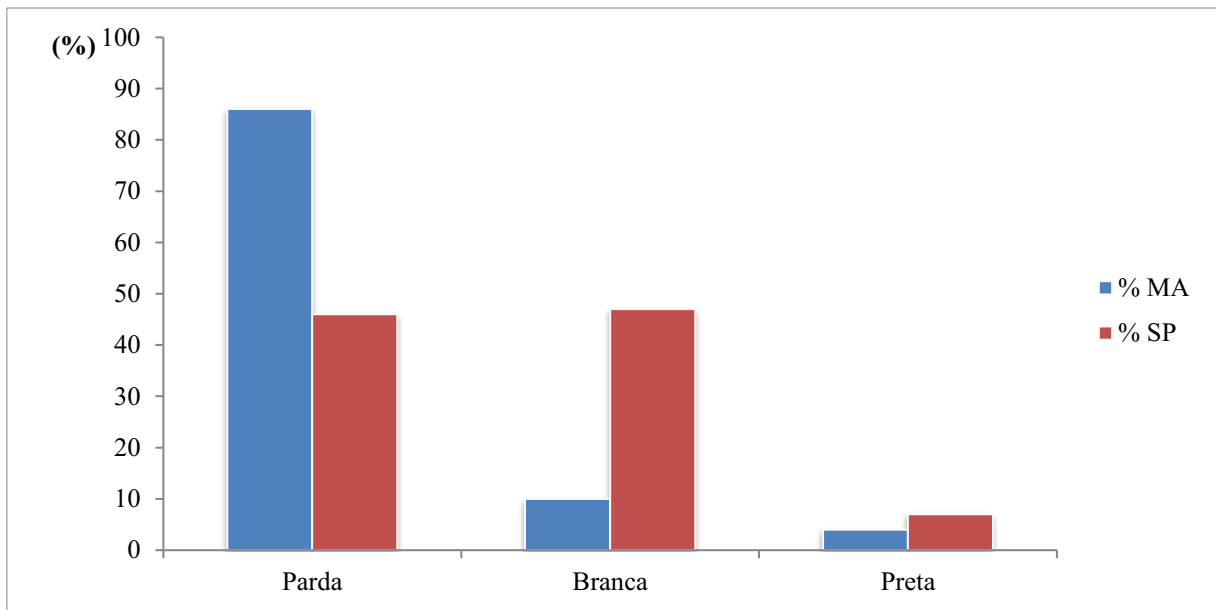


Gráfico 5: Comparação cor e raça da população de Maranhão e São Paulo (%)

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. TABULADOR DO CADASTRO ÚNICO. Elaboração própria.

Comparando o nível de emprego dos beneficiários, percebe-se certa igualdade entre os estados, em ambos, as respostas das pesquisas sobre o trabalho desempenhado dos beneficiários ao longo do ano, praticamente 80% da população optou por não responder esta pergunta, dessa forma, a previsão indica que estes estão desempregados, uma vez que na pesquisa não há esta opção de resposta, evidenciando a extrema pobreza em ambos estados. Trabalhos autônomos possuem também uma pequena parcela, na faixa de 15%. Assim, com essa variável não é possível identificar se há ou não desigualdade entre os beneficiários de cada região, mas podemos visualizar a situação de pobreza destas famílias.

Percebe-se a ausência de trabalhadores assalariados formal no gráfico o que é previamente justificável, visto o próprio público alvo do PBF de assistir famílias de baixa renda. Percebe-se um percentual maior de trabalhadores temporários nas atividades rurais do Maranhão em relação a São Paulo, isto se deve principalmente pela atividade econômica principal de cada estado, enquanto em São Paulo as indústrias são predominantes no estado nordestino a atividades rurais como pecuária e agricultura são as primordiais atividades no Maranhão, portanto, em períodos de plantação e colheita a demanda por trabalhadores nas lavouras crescem e é atendida por esses beneficiários.

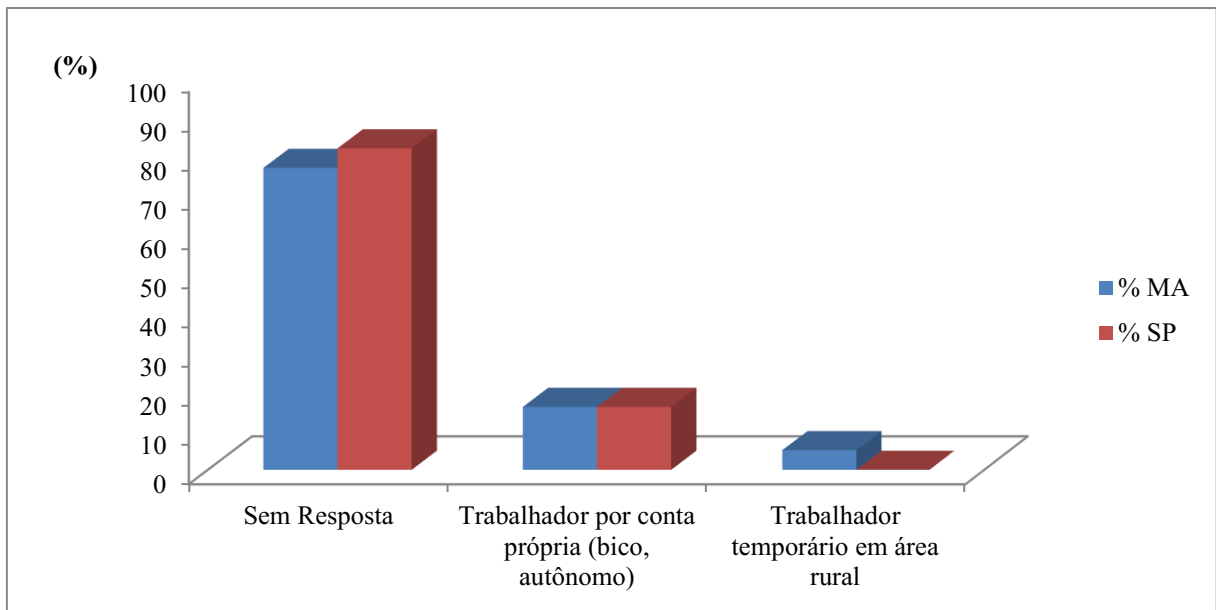


Gráfico 6: Trabalho desempenhado pelos beneficiários no Maranhão e São Paulo (%)
 Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. TABULADOR DO CADASTRO ÚNICO.
 Elaboração própria.

No âmbito da educação também há uma similaridade entre os dados em cada estado, 70% dos beneficiários do Maranhão sabem ler e escrever já em São Paulo, este número cai um pouco para 69%. No entanto, a análise estará focada no grau de educação dos beneficiários, ou seja, qual a formação educacional da população desta amostra. No Gráfico 7, temos o grau de instrução dos beneficiários no estado do Maranhão. A maior incidência da população beneficiária é de pessoas com o ensino Fundamental Incompleto, assumindo que a educação possui alta correlação com a remuneração de um indivíduo, a tendência para o estado nordestino é de uma renda populacional reduzida.

Ramos e Vieira (2001) utilizaram métodos estatísticos para definir a relação de diversas variáveis tais como, idade, gênero, escolaridade, região geográfica, setor de atividade, dentre outras, com a desigualdade social. E, nesta pesquisa, a variável que mais destacou como influenciadora da desigualdade foi justamente a escolaridade. Dessa forma, os dados do Maranhão são extremamente preocupantes, visto que somando a população sem instrução e com Fundamental Incompleto, 57% dos beneficiários não possuem grau de instrução escolar e como a variável renda e escolaridades são correlacionadas, há uma preocupação ainda maior para esses beneficiários. (CADÚNICO, 2019)

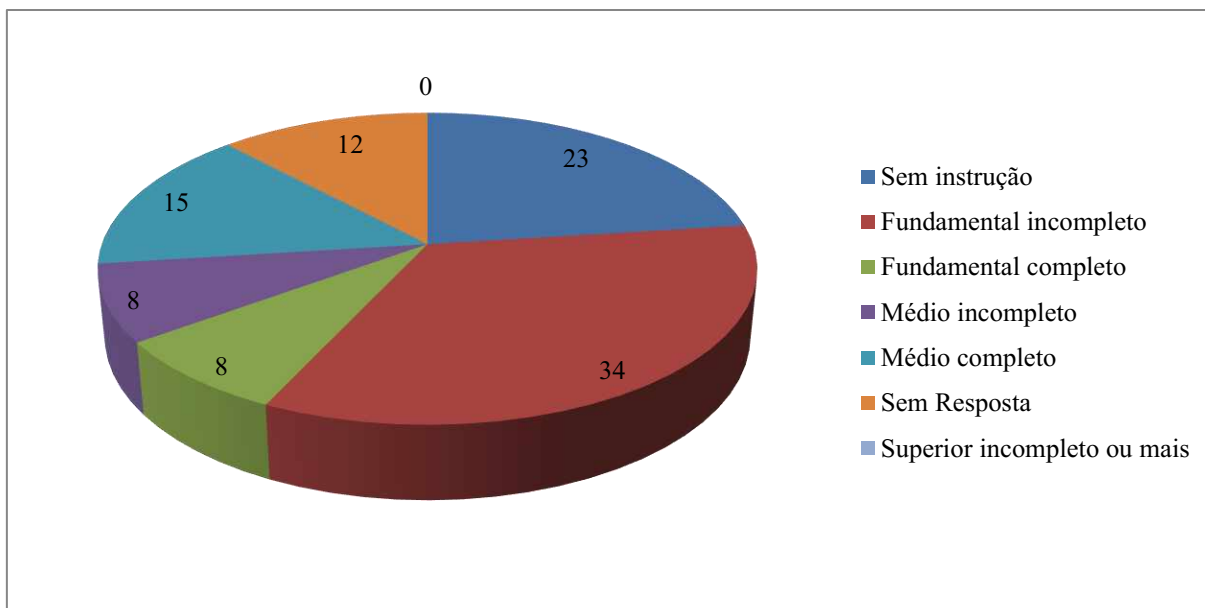


Gráfico 7: Grau de Instrução dos Beneficiários do Maranhão
 Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. TABULADOR DO CADASTRO ÚNICO.
 Elaboração própria.

O Gráfico 8 possui a mesma lógica do gráfico anterior, porém neste será indicado os dados dos beneficiários paulistas. Assim como no Maranhão, existe uma preocupação significativa, pois o maior volume de pessoas possuem o Ensino Fundamental Incompleto representando 32% seguido logo por aqueles que não possuem sequer nenhuma instrução 21%, somando as 2 participações possuímos um montante de 53% dos beneficiários sem instrução, 4% a menos comparando com o Maranhão, no entanto, representa uma parcela populacional extremamente elevada. Necessitando de políticas públicas corretivas que ampliem o acesso à educação.

Assim como no Maranhão percebe-se que à medida que se aumenta o grau de instrução reduz a participação dos beneficiários, porém comparando os estados, São Paulo possui uma ligeira superioridade de beneficiários com escolaridade maior. Apesar de pouco, percebe-se que há 1% da amostra paulista que possui o nível Superior Incompleto ou até mesmo completo, fato incomum para uma população com nível de carência tão elevada, pois muitos jovens abandonam os estudos para trabalharem e auxiliar na renda familiar.

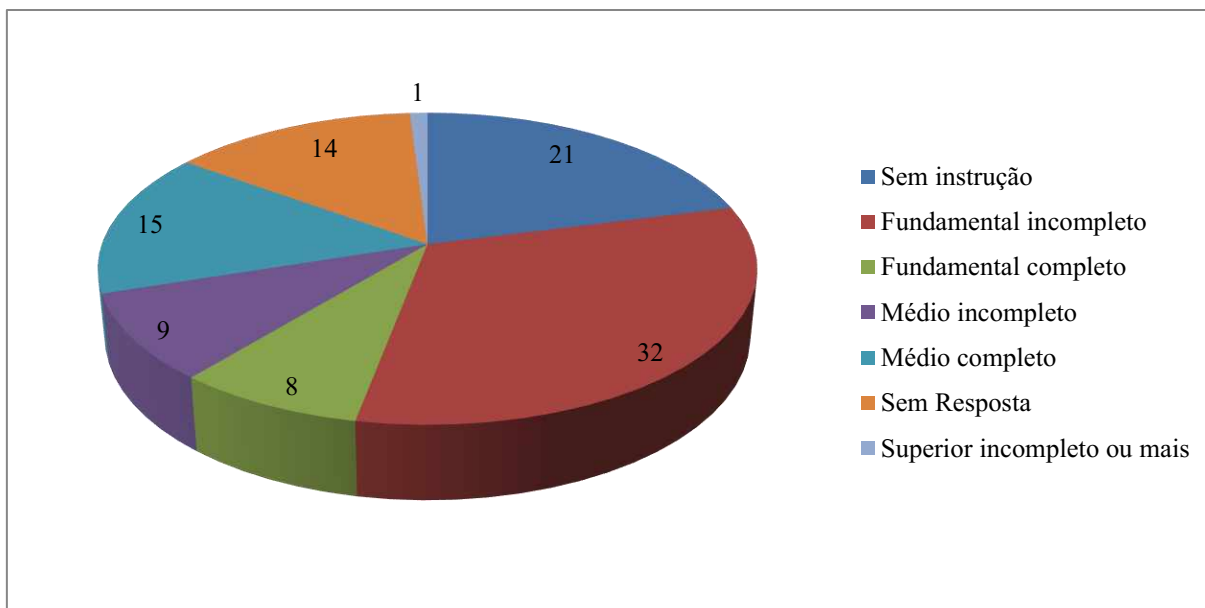


Gráfico 8: Grau de Instrução dos Beneficiários de São Paulo
 Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. TABULADOR DO CADASTRO ÚNICO.
 Elaboração própria.

Com isso, finalizam-se as análises do grupo das Variáveis Pessoas. Nessa nova etapa do projeto será abordado o segundo grupo de variáveis as que estão relacionadas com as famílias. Assim espera-se completar a análise comparativa do perfil dos beneficiários do PBF e entender o perfil dessas famílias.

A primeira variável estudada neste segmento será a faixa de renda familiar. A Tabela 1 mostra a porcentagem de famílias de cada estado em uma determinada categoria. Podemos observar, que a grande massa volumosa das famílias, possui uma renda mensal de até 1 salário mínimo, apenas 1% no caso do Maranhão e 2% em São Paulo, possuem de 1 a 2 salários. Há uma paridade entre os dois estados ao observamos esta variável, comprovando ainda mais a miséria e a pobreza dessas famílias, além de ser uma excelente justificativa para o desenvolvimento do programa, visto que a grande maioria dos beneficiários é oriunda de pessoas realmente necessitadas.

Faixa de renda fam	% MA	% SP
Até 1 S.M.	99	98
Entre 1 e 2 S.M.	1	2
Entre 2 e 3 S.M.	0	0
Acima de 3 S.M.	0	0
Sem Resposta	0	0

Tabela 1: Faixa de Renda Familiar dos Beneficiários de São Paulo e Maranhão
 Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. TABULADOR DO CADASTRO ÚNICO. Elaboração própria.

Neste momento, o presente estudo abordará temas voltados ao domicílio dos beneficiários, assim, assuntos como a coleta do lixo, saneamento, existência de banheiros, entre outros fatores serão peças fundamentais no desenvolvimento do projeto. A seguir na Tabela 2 é apresentada a porcentagem de residências que possuem banheiros nos estados de Maranhão e São Paulo. Agora a visualização é clara e distinta entre as duas regiões, uma vez que em 97% das residências paulistas possuem um banheiro enquanto, apenas 76% das maranhenses possuem esse item, uma diferença de aproximadamente 20 pontos percentuais, o que confirma a hipótese que em São Paulo as famílias beneficiárias são menos desprivilegiadas do que as famílias maranhenses.

Existência de Banheiro	Maranhão (%)	São Paulo (%)
Sim	76	97
Não	17	1
Sem Resposta	7	2

Tabela 2: Existência de Banheiros nos domicílios dos Beneficiários

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. TABULADOR DO CADASTRO ÚNICO. Elaboração própria.

Ao analisar a forma de coleta do lixo em uma determinada região, é possível deduzir o nível de renda e desenvolvimento dessa sociedade, a maneira que a população conduz o destino do seu lixo demonstra o grau de evolução e conhecimento dos mesmos. No geral, espera-se que em municípios mais ricos e desenvolvidos, o lixo seja reciclado evitando o menor grau de poluição e contaminação, no entanto, não observamos isto na amostra populacional deste trabalho. A coleta de lixo é feita principalmente de modo rudimentar e com pouca preocupação ambiental.

Em São Paulo, 90% dos casos a coleta de lixo é feita diretamente, ou seja, existe uma empresa responsável por coletar o lixo nos domicílios das famílias, este é o modelo predominante no Brasil, no qual a prefeitura de cada cidade disponibiliza os caminhões destinados para realizar a coleta de lixo. Apesar disso, no estado do Maranhão, essa porcentagem é reduzida para 66% das famílias. Uma prática que possui relevância no estado e é extremamente tóxica e prejudicial às famílias e este presente em 17% das residências beneficiárias é a queimada ou enterrada do lixo, segundo Saiani no curto prazo, os ruídos causados pela coleta ineficiente do lixo pode causar a proliferação de doenças e aumenta a probabilidade de danos a saúde da população em geral, porém com uma maior intensidade as crianças e idosos. SAIANI (2016)

A falta de uma coleta de lixo especializada e seletiva é causadora de inúmeros problemas ambientais, tais como poluição do ar, do solo, de alimentos, dentre outros. O

efeito desta ausência de consciência para a reciclagem é altamente prejudicial que segundo estudos as próximas gerações serão afetadas diretamente pelos impactos ambientais causado pelo lixo de atual. Desta forma é necessário atuações governamentais para incentivar a população a separar o lixo domestico, promovendo campanhas de educacionais voltadas a praticas de reciclagem, afim de reduzir estes números alarmantes no estado nordestino, uma vez que queimar o lixo não resolve o problema da poluição, mas sim o agrava, visto o aumento de gases estufa na atmosfera e da falência dos solos, com a liberação de chorume que destrói solos férteis, conforme Silva (2015).

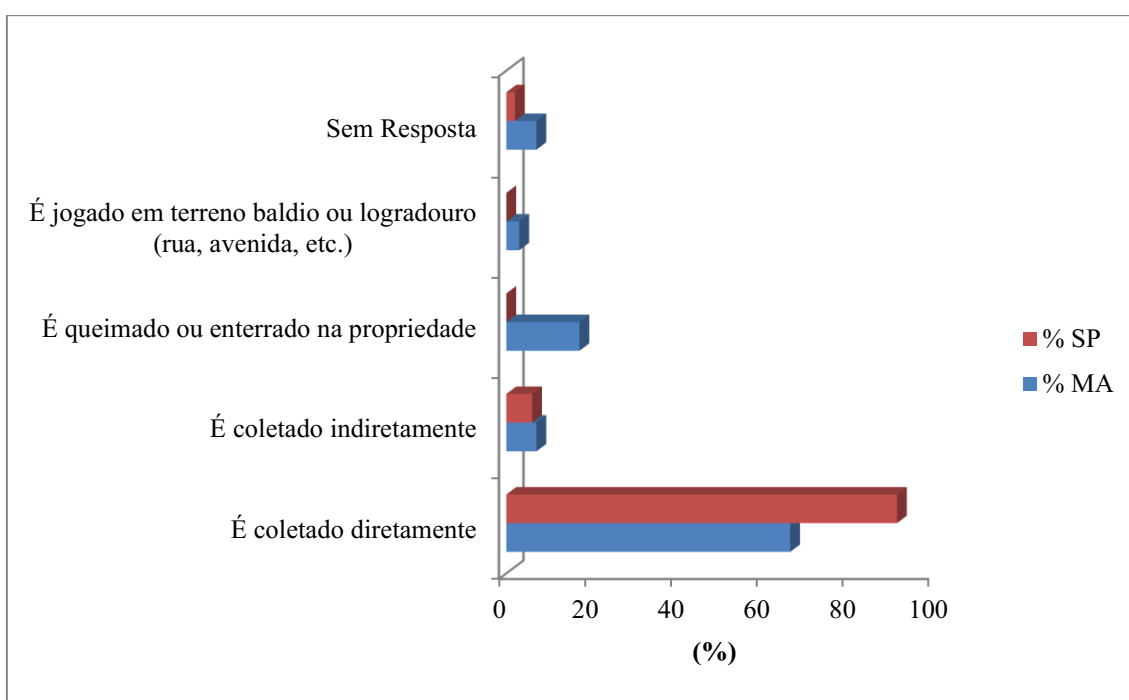


Gráfico 9: Tipo de coleta de lixo nas residências dos Beneficiários de MA e SP (%)
 Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. TABULADOR DO CADASTRO ÚNICO.
 Elaboração própria.

Quando analisado a situação do abastecimento de água nas residências dos beneficiários, representada pelo Gráfico 10, percebe-se um fator relevante no que diz respeito ao desenvolvimento e modernidade dos estados. Enquanto em São Paulo 94% da população recebe água por meio da rede geral de distribuição, ou seja, uma empresa especializada pelo abastecimento de distribuição de água, somente 69% das residências possui esse privilégio no Maranhão. Assim, em mais de 20% dos domicílios maranhenses necessitam de poços ou nascentes para abastecer a população, assim o risco de contaminação é muito maior para essas famílias, visto que não há um tratamento especializado para o consumo da água.

O tratamento realizado pelas empresas distribuidoras de água e esgoto são os principais fatores que definem o nível saneamento básico de uma região. Portanto, é um serviço considerado essencial para distinguir a qualidade de vida de uma população, sendo assim, em um país com uma alarmante desigualdade social como o Brasil, o acesso a água tratada é de fato uma variável importante para demonstrar as mazelas sociais existentes entre diferentes estados, sendo assim o gráfico 11 abordará esta variável comparando o tipo de abastecimento de água em cada um dos estados.

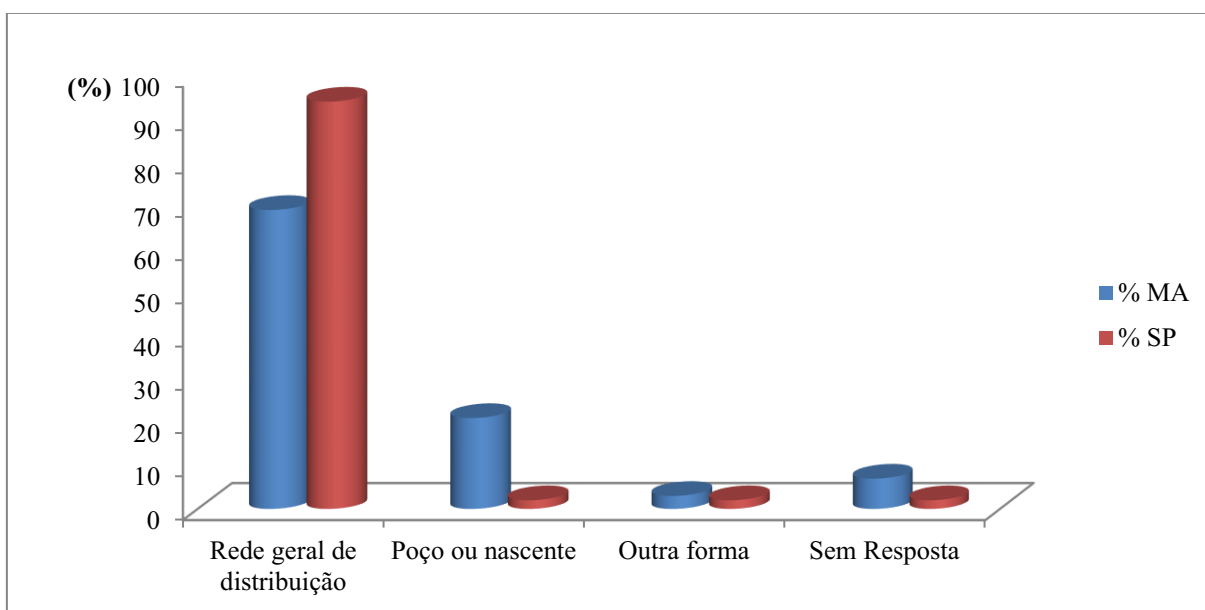


Gráfico 10: Abastecimento de água nas casas dos beneficiários de MA e SP (%)

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. TABULADOR DO CADASTRO ÚNICO. Elaboração própria.

As desigualdades de saneamento básico nos estados de São Paulo e Maranhão são nitidamente comprovadas com o Gráfico 11, que demonstra o escoamento sanitário das residências. As majoritárias famílias paulistas possuem uma rede geral coletora de esgoto, o que reduz a contaminação, poluição do solo e das próprias pessoas, enquanto 10% das casas do Maranhão possuem esse privilégio. Conforme apresentado por Saiani (2013) diversos estudos apresentam evidências de que a condição de saúde da população é diretamente afetada pelos serviços de saneamento básico, portanto, em uma região na qual não há minimamente uma estrutura que atenda o básico para o saneamento, esta população estará mais propícia a adquirir doenças, ou até mesmo provocar a morte.

No estado nordestino, as fossas sejam a séptica (32%) ou a rudimentar (30%) são os destinos predominantes dos resíduos do esgoto dos beneficiários. Nesse tipo de situação, o solo recebe os dejetos sem qualquer tipo de tratamento o que é responsável por uma total contaminação e isto pode acarretar diversos problemas ambientais, além de causar danos à saúde para a população. Além disso, o efeito multiplicador do escoamento sanitário desencadeia indiretamente alterações no desenvolvimento socioeconômico de uma região, o que resulta em impactos no nível de renda, educação, qualidade de vida SAIANI(2013).

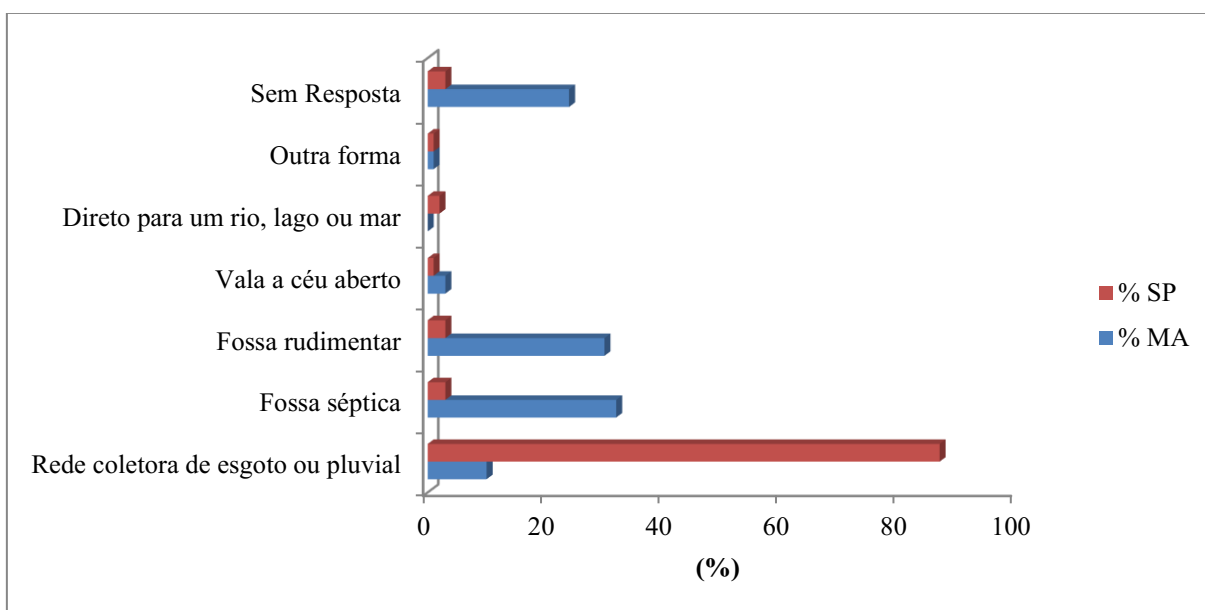


Gráfico 11: Comparação do escoamento sanitário das residências beneficiárias de MA e SP (%)
 Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. TABULADOR DO CADASTRO ÚNICO.
 Elaboração própria.

Análise se dará neste instante para a estrutura física dos domicílios, ou seja, os materiais para a construção do mesmo, principalmente no que diz respeito ao revestimento das paredes. Assim, temos que na tabela 3 dados que sustentam a desigualdade social entre os beneficiários de cada estado, os domicílios que possuem alvenaria com revestimento são considerados os mais sofisticados e consequentemente de dispõe de uma quantia financeira mais elevada. No estado de São Paulo, 78% das residências beneficiárias possuem esse tipo de material de revestimento, enquanto no Maranhão somente 48%.

Apesar da maioria das moradias em ambos estados serem de alvenaria com revestimento, em São Paulo essa predominância é extremamente elevada, já no Maranhão os lares com alvenaria sem revestimento também possuem uma significativa

relevância entre os principais insumos de revestimento com 27% em São Paulo este número é de apenas 16%. Acaba que assim, os outros meios de revestimentos são estatisticamente insignificantes para a pesquisa.

Material de Revestimento das paredes	MA (%)	SP(%)
Alvenaria/tijolos com revestimento	48	78
Alvenaria/tijolos sem revestimento	27	16
Madeira Aparelhada	1	2
Taipa revestida	4	0
Taipa não revestida	8	0
Madeira aproveitada	1	1
Palha	0	0
Outros Materiais	4	0
Sem resposta	7	2

Tabela 3: Comparação do Material de Revestimento das paredes dos domicílios do Maranhão e São Paulo
 Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. TABULADOR DO CADASTRO ÚNICO.
 Elaboração própria.

Por fim, temos a última, porém não menos relevante variável de pesquisa relacionada ao modo como a energia elétrica é medida nas residências de cada estado. No entanto, nesse caso a variável não sustenta a hipótese do trabalho, mas também não nega, uma vez que há um equilíbrio em ambos estados para a predominância das residências com medidor próprio de energia. 86% das casas no Maranhão possuem esse tipo de medidor em contrapartida em São Paulo seria de 72%. No estado paulista, os domicílios que também possuem relevância são aqueles que detêm medidores comunitários de energia elétrica, esses representam 17% da pesquisa.

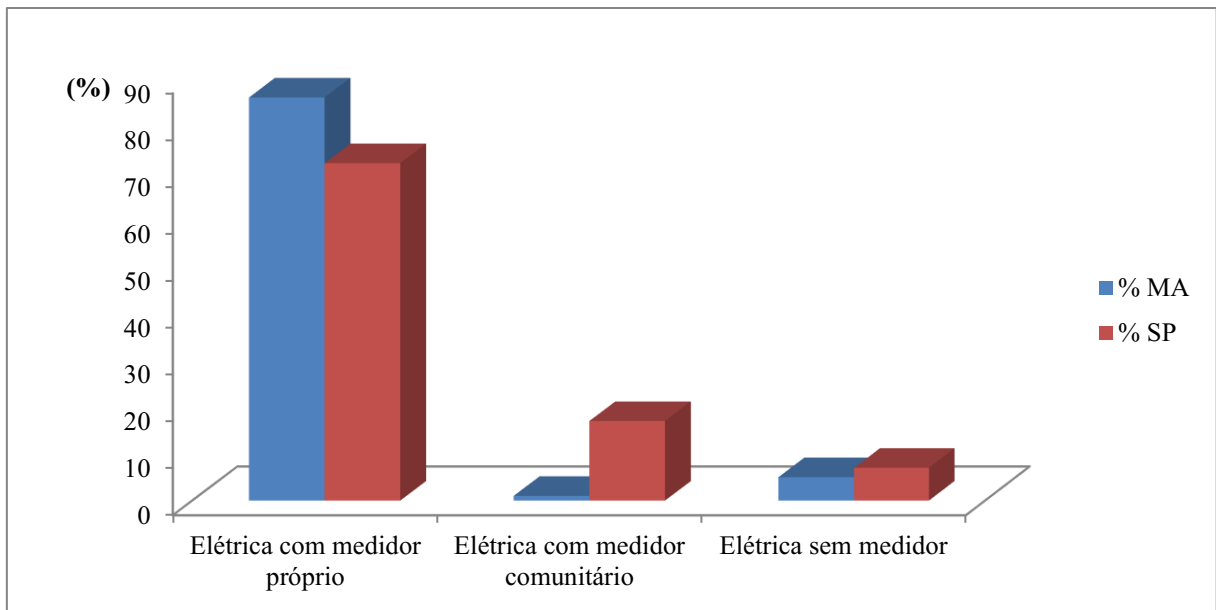


Gráfico 12: Meio de iluminação das residências beneficiárias de MA e SP (%)

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. TABULADOR DO CADASTRO ÚNICO. Elaboração própria.

Traçado todas as análises das variáveis é definido que o perfil dos beneficiários de ambos estados, apesar de haver pequenas diferenças entre ambos estados, no Maranhão no geral, o perfil deste beneficiário é de um cidadão pardo, de baixa renda mensal, com um grau de instrução extremamente baixo e em grande maioria desempregado, ou com trabalhos temporários. Enquanto os beneficiários de São Paulo em grande maioria são pessoas brancas e pardas, com um grau de instrução um pouco melhor comparado ao dos maranhenses, porém extremamente baixos, também com alto nível de desempregados e na grande maioria analfabetos.

Contudo com uma análise mais específica das variáveis dos domicílios se torna nítida a precariedade das residências do estado Maranhense comparado com São Paulo, essencialmente nas questões de saneamento básico. Isto indica a necessidade de políticas pública específicas para melhoria da qualidade de vida desses beneficiários por conta das consequências diretas relacionadas à tais precariedades e o bem-estar da população, conforme apresentado, há correlação direta entre o saneamento básico e a saúde populacional.

5. CONCLUSÃO

O Programa Bolsa Família, como uma política de transferência de renda direta, cumpre com seu dever de assegurar as estruturas do bem-estar brasileiro, para a população mais pobre. A verba destinada aos beneficiários promove a segurança,

moradia, alimentação e educação de milhares famílias carentes no Brasil. O Programa Bolsa Família busca alcançar as pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, os quais, até então, não haviam sido foco de políticas sociais anteriores nesta intensidade.

Como o objetivo deste trabalho era de traçar e analisar o perfil socioeconômico dos beneficiários do estado de São Paulo e Maranhão e construir uma base de dados comparativa entre esses perfis, a fim de estabelecer um parâmetro da desigualdade entre os beneficiários do estado mais rico com o mais pobre do país. Percebe-se com o desenvolvimento do projeto que a hipótese central foi confirmada, assim podemos analisar uma desigualdade entre os beneficiários, essencialmente quando analisado as variáveis relacionadas aos domicílios dos beneficiários.

A precariedade do saneamento básico é nítida no Brasil de modo geral, mas em regiões menos desenvolvidas como no estado do Maranhão, o problema é ainda mais alarmante. Conforme essas descobertas apresentadas se tornam necessária atuação direta de políticas públicas específicas, a fim de solucionar essas imperfeições e promover uma qualidade mínima de vida a população desses estados. Como apresentado, o saneamento não é algo trivial, uma vez que desencadeiam diversos outros malefícios a população, tais como doenças, mortes, epidemias que podem gerar um custo muito superior no futuro para o governo, comparado com as obras de infraestrutura necessárias para solucionar essas questões.

Também é de grande valia ocorrer incentivos para a promoção de mais políticas públicas para atender as famílias cadastrada sece no CadÚnico, visto a imensa quantidade de famílias cadastradas sem assistência pois não se enquadram nos padrões exigidos pelo Programa Bolsa Família. A população pobre possui direito ao acesso a educação, ao emprego formal, a saúde, saneamento básico e conforme observado na grande maioria dos casos isto não é o que realmente ocorre, portanto este é o grande dilema que o governo deve enfrentar nos próximos anos se realmente desejar eliminar a pobreza no Brasil, traçar medidas que promovam o acesso a essas pessoas ao emprego, educação, moradia e alimentação de qualidade.

Além disso, somente o Programa Bolsa Família não é totalmente eficaz para alcançar o objetivo de irradiar a pobreza, fome e desigualdade social no país. Apesar de sua extrema importância para as famílias carentes assistidas, o PBF necessita cada vez mais de investimentos e incentivos governamentais para concretizar todas as metas estabelecidas. Portanto, novos planos devem ser traçados para atender a população mais carente a fim de reduzir os problemas sociais e a pobreza no Brasil.

Por fim, acredita-se que este trabalho obteve os resultados esperados no que diz respeito ao perfil dos beneficiários de cada estado e a hipótese central do artigo na qual haveria desigualdade comparativa entre as famílias beneficiárias. Portanto, conforme a análise das variáveis, a população paulista possui condições e qualidades de vida melhores comparadas a população maranhense, resultado este esperado visto à diferença econômica e de desenvolvimento dos próprios estados em que residem. Isto justifica a atuação direta do governo com políticas específicas para cada região no sentido de reduzir as desigualdades regionais historicamente presentes no território brasileiro.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Joacir et al. Perfil Socioeconômico dos Beneficiários Rurais do Programa Bolsa Família na Região Sul do Brasil. 2016. - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ARAÚJO, Cleonice. POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO MARANHÃO: atualidade de uma questão histórica e estrutural. 2018. – II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas. 2018

BOLSA FAMILIA <<http://bolsa-familia.info>>. Acesso em: 21 jun. 2019

CALENDARIO BOLSA FAMÍLIA 2019
<<https://calendariobolsafamilia2019.com.br/quem-tem-direito-ao-bolsa-familia-2019/>>.
Acesso em: 21 jun. 2019

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. T; CadÚnico Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CAIXA. Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Costa, Alfredo da (1998), Exclusões Sociais, Coleção Fundação Mário Soares, Lisboa

FERNANDES, Cláudia Monteiro. Desigualdade de rendimentos e educação no Brasil: alguns indicadores de diferenças regionais. *Revista Econômica*, v.3, n.2, p 231-250, dez/2001

GARCIA, Maria et al. UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS RURAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REGIÃO CENTRO-OESTE EM 2018. 2018. –Universidade Federal de Goiás

GOV. Secretária de Política Econômica. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/transparencia-fiscal/analise-economica-dos-gastos-publicos-federais/relatorio_gasto_publico_federal_site.pdf>. Acesso em 18 fev. 2021

Guimarães Neto, L. (2011). Ciclos econômicos e desigualdades regionais no Brasil. *Cadernos De Estudos Sociais*, 14(2). Recuperado de <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1228>

IADB Amartya Sen e as mil facetas da pobreza. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/noticias/artigos/2001-07-01/amartya-sen-e-as-mil-facetadas-da-pobreza%2C9286.html>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

JUS. Sistema de seguridade social brasileiro – panorama geral e reflexões. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/27644/sistema-de-seguridade-social-brasileiro-panorama-geral-e-reflexoes>>. Acesso em: 07 jun. 2019

LIMA, Patrícia et al. IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA SOBRE O BEM-ESTAR DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO ESTADO DO CEARÁ. 2009. – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MDS. Secretaria Especial Do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados/dados>>. Acesso em: 18 set. 2019

MDS.Tabluador do Cadastro Único. Disponível em:
<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php>. Acesso em: 20 dez. 2019

PEÑA, C.(2015) A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. Rev. Adm. Pública- Rio de Janeiro jul/2015

RAMOS, Lauro; VIEIRA, Maria Lúcia (2001) Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. Texto para Discussão n.º 803

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: Afinal, do que se trata? 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. **SANTOS, L. M. N.** Pobreza como Privação de Liberdade: Um estudo de caso na Favela do Vidigal no Rio de Janeiro. Defesa de Tese – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 190p, 2007.

SAIANI, C. C. S., & AZEVEDO, F. P.(2013) Privatização do Saneamento Básico Faz Bem à Saúde? 2013.

SAIANI, C. C. S. Relação entre a disposição final dos resíduos sólidos urbanos e saúde nos municípios brasileiros e paulistas: Desafios para as políticas públicas. 2016

Silva, A. R. de S., de Melo, D. G., Moraes, F. J. da S., Antônio, T., Coelho, T. P. M., & da Silva, G. S. (2015). IMPACTOS AMBIENTAIS REFERENTES À NÃO COLETA DE LIXO E RECICLAGEM. Caderno De Graduação - Ciências Exatas E Tecnológicas - UNIT - ALAGOAS, 2(3), 63 - 76.

TRONCO, G & Ramos, M (2016) Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha. Revista de Administração Pública. FGV. Pg 296, 2016.